

CARACTERIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES E DAS REDES DE COOPERAÇÃO NO SUL CATARINENSE¹

Luiz Carlos Mior
Dilvan Luiz Ferrari
Tabajara Marcondes
Marcia Mondardo
Janice Maria Waittuch Reiter
Luís Augusto Araújo

RELATÓRIO

Florianópolis, junho de 2013.

1. Introdução

Assim como ocorre nas demais regiões do Estado de Santa Catarina os agricultores familiares da Mesorregião Sul Catarinense² buscam formas de ampliar as suas possibilidades de reprodução social no espaço rural, entre as quais estão a constituição de empreendimentos de agregação de valor e de redes de cooperação. Estas novas dinâmicas sociais e econômicas que se percebiam no rural catarinense não dispunham de dados que as quantificassem e qualificassem algumas de suas dimensões. No caso das agroindústrias familiares, em que pese sua importância socioeconômica para o desenvolvimento rural não se dispunha de informações atualizadas sobre essas atividades³. Outras iniciativas relacionadas ao turismo rural, artesanato, prestação de serviços assim como as novas associações e cooperativas, e que vinham tendo forte expansão no Estado, necessitavam ser mais bem dimensionadas e compreendidas.

A partir deste contexto a Epagri realizou o levantamento das iniciativas de agregação de valor e das redes de cooperação associadas existentes no estado de Santa

¹ Este relatório preliminar se constitui numa ação do Projeto “Dinâmicas organizacionais e estratégias de mercado das redes de cooperação da Agricultura Familiar na Mesorregião Sul Catarinense” que conta com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC).

² Entre as regionalizações do IBGE estão as Mesorregiões Geográficas. Em Santa Catarina são seis e a Sul Catarinense é uma delas. Contempla três Microrregiões Geográficas e 46 municípios, dois dos quais com a criação consolidada apenas em 2013 (Balneário Rincão e Pescaria Brava).

³ O último levantamento mais detalhado foi realizado em finais dos anos de 1990 (OLIVEIRA et al., 1999). Foi realizado em parceria da Epagri com a Embrapa, UFSC e Cepagro, e tinha como foco levantar os empreendimentos de pequeno porte localizados no meio rural sob a denominação de Indústria Rural de Pequeno Porte (IRPP). Na época foram levantadas 1.116 IRPP em todo o Estado.

Catarina. A aplicação dos questionários nos municípios ocorreu no segundo semestre de 2010 e teve como objetivo levantar três diferentes tipos de empreendimentos: a) empreendimentos que processam produtos agropecuários (agroindústrias); b) empreendimentos voltados a outras atividades de agregação de valor (turismo rural, artesanato, prestação de serviços e vestuário) e; c) redes de cooperação (cooperativas, associações, condomínios). Embora se pretendesse levantar informações sobre a totalidade de empreendimentos dos agricultores familiares e das redes de cooperação não é possível garantir que isso tenha ocorrido e, portanto, a pesquisa não pode ser considerada um censo.

Com base neste levantamento apresenta-se a seguir uma breve caracterização das agroindústrias familiares e das redes de cooperação existentes na mesorregião sul catarinense.

2. As agroindústrias familiares rurais

A constituição e expansão de milhares de pequenas agroindústrias faz parte da dinâmica pela qual os agricultores familiares buscam maior controle dos processos de produção e trabalho e procuram fugir do *squeeze* econômico a que estão submetidos em atividades tradicionais. Essas atividades permitem maior conexão entre produtores e consumidores e diferenciação nos padrões de consumo agroalimentares, contribuindo na formação de mercados de contato direto e de proximidade espacial.

As mesorregiões com maior concentração de agroindústrias se caracterizam pela força de uma agricultura familiar de pequena escala com produção diversificada e processamento de produtos para o consumo familiar. O Sul Catarinense possui 356 empreendimentos de agregação de valor de produtos agrícolas. A grande maioria destas iniciativas (90%) é constituída de forma individual/familiar. São cerca de 1.000 pessoas diretamente envolvidas, sendo predominantemente membros da família do proprietário. O número médio de sócios é de 2,8 por empreendimento, um pouco abaixo da média estadual que é de 3,8 pessoas.

O número de empreendimentos da região é suplantado somente pela região Oeste Catarinense. Contudo, a região apresenta a maior relação com o número de estabelecimentos agropecuários: são 13,09 empreendimentos de agregação de valor de produtos agrícolas para cada 1.000 estabelecimentos agropecuários (Tabela 1). Isto sinaliza a intensidade dos processos de agroindustrialização em pequenas unidades familiares nesta região.

É relevante também o fato de que 44% dessas 356 agroindústrias ter mais de cinco anos de existência, o que indica uma trajetória sustentável no contexto de pequenos negócios para a produção de alimentos artesanais/coloniais que são reconhecidos, apreciados e demandados pelos consumidores catarinenses. Por outro lado se observa que muitas delas são recentes (43% têm até 2 anos), o que revela um intenso dinamismo na constituição destes empreendimentos, que se tornam nova alternativa de trabalho e renda para muitas famílias rurais e contribuem para a permanência de jovens⁴ agricultores no meio rural.

⁴ O trabalho de Marcondes et al. (2012), baseado em pesquisa realizada em Santa Catarina em 2010, mostra um total de 994 jovens que permaneceram ou retornaram ao meio rural por conta das agroindústrias familiares.

Tabela 1. Número de agroindústrias e relação entre estes empreendimentos e número de estabelecimentos agropecuários segundo as mesorregiões do IBGE.

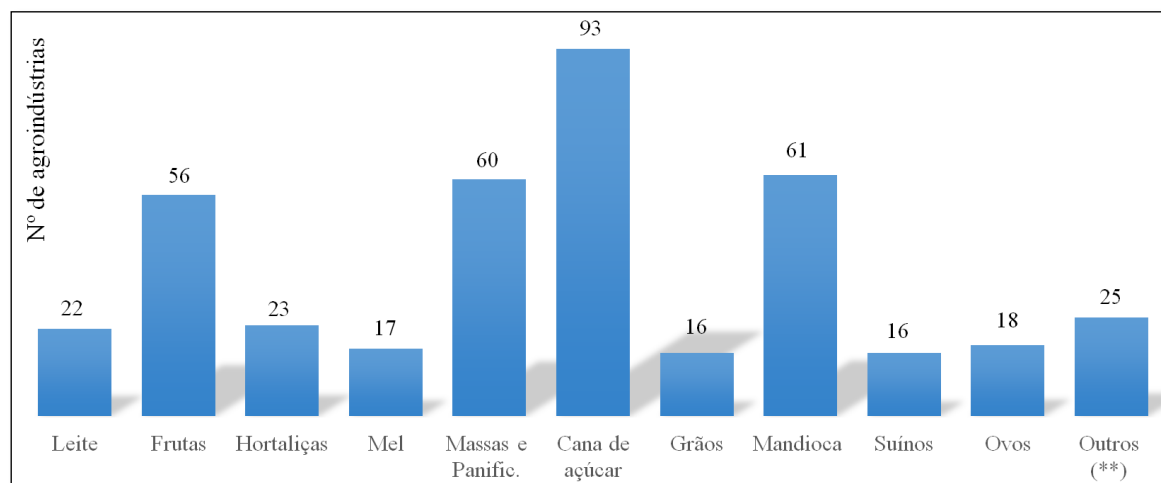
Mesorregião	Número de agroindústrias	Número de estabelecimentos (1.000)	Número de agroindústrias/ 1.000 estabelecimentos
Grande Florianópolis	81	11,3	7,17
Norte	258	23,7	10,89
Oeste	862	82,1	10,50
Serrana	72	21,2	3,40
Sul	356	27,2	13,09
Vale do Itajaí	265	28,2	9,40
Total	1.894	193,7	9,78

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

IBGE - Censo Agropecuário 2006

2.1 Diversidade de produtos e importância econômica

Essa expressiva quantidade de empreendimentos é acompanhada de importante diversidade de produtos processados, com destaque para o número de agroindústrias que produzem derivados de cana de açúcar, de mandioca, de massas/panificação e de frutas (Gráfico 1). Em relação ao Estado de Santa Catarina esta região difere basicamente por apresentar números relativamente mais expressivos no processamento de cana-de-açúcar e da mandioca. Os engenhos de mandioca e a respectiva produção de farinha são atividades centenárias da cultura e do modo de vida dos colonizadores da região Sul catarinense.



(**) Aves,bovinos, pescados, madeira, palmáceas, ovinos,etc.

A mesma agroindústria pode processar mais de um produto.

Fonte: Levantamento da Epagri (2010)

Gráfico 1. Produtos processados pelas agroindústrias da mesorregião Sul Catarinense.

Por outro lado, quando se analisa a importância destas agroindústrias em termos de valor econômico gerado, observa-se que em 2009 o Sul Catarinense respondeu por 16,7% (R\$22,8 milhões) do total do valor da produção das agroindústrias familiares do estado. A agroindústria de leite e derivados é a de maior expressão econômica, com R\$4,3 milhões (19% do estado) seguida pela da mandioca e derivados (16,4% do estado), de suínos e

derivados (13,3% do estado), de massa/panificação (11,2% do estado) e a de cana-de-açúcar e derivados (9,7% do estado). Essas agroindústrias somam 69,6% do total valor econômico gerado nas agroindústrias da região. Esta dinâmica parece estar relacionada à escala de produção e ao valor agregado diferenciados que dão especificidade a cada uma das cadeias produtivas.

2.2 Estratégias de comercialização adotadas

Sobretudo nos últimos 15 anos, a constituição e expansão das agroindústrias familiares rurais foi acompanhada de mudanças nas práticas de realização da produção junto aos mercados consumidores. Originadas em processos artesanais e, na maior parte, dentro das cozinhas das famílias rurais, alcançavam os mercados sem a preocupação em atender os requisitos de formalidade jurídica e cumprimento das normativas sanitárias. O citado levantamento realizado pela Epagri em 2010 dá indicações importantes sobre a situação existente em 2009.

Tomando por critério de formalidade o CNPJ e/ou o registro nos serviços de inspeção animal ou de controle sanitário vegetal, observa-se que, apesar do crescimento do número destes empreendimentos e do fortalecimento deste tipo de mercado, ainda é significativo o número de empreendimentos informais. No Sul Catarinense verifica-se que das 356 agroindústrias em atividade, 61,5% delas estão na informalidade.

A informalidade como prática mercantil, portanto, ainda é um traço marcante destas agroindústrias e permanece como importante estratégia de inserção nos mercados de proximidade. Aliás, em geral, esta é a forma inicial de inserção e construção dos mercados pelos agricultores. Praticamente todas as agroindústrias familiares rurais iniciaram suas atividades de maneira informal e, somente após ter seu mercado já construído, com uma demanda suficiente para viabilizar o empreendimento técnica e economicamente, é que fazem os investimentos necessários para se formalizar (DORIGON; 2008, FERRARI; 2011). Esta prática tradicional de comércio informal⁵, que continua a se reproduzir nos dias de hoje, se constrói com base na confiança que se estabelece entre consumidor e produtor a partir de sua reputação pessoal (MIOR, 2005).

Este aspecto pode ser reforçado quando se analisa a regulação sanitária. Analisando-se as agroindústrias de produtos de origem animal destacam-se dois aspectos: primeiro, 37,2% delas ainda não possuem serviços oficiais de inspeção; segundo, predomina o serviço de inspeção municipal (Tabela 2), condição que limita fortemente a expansão dos mercados.

Em relação aos produtos de origem vegetal, é ainda maior o percentual (68%) de agroindústrias que trabalham sem registro nos órgãos reguladores. Isto parece estar relacionado a deficiências na estrutura dos sistemas de vigilância sanitária a cargo dos municípios, o que impede uma fiscalização mais efetiva das unidades de processamento, e a uma menor pressão social e midiática em relação aos problemas causados à saúde do consumidor relativamente ao potencial dos produtos de origem animal.

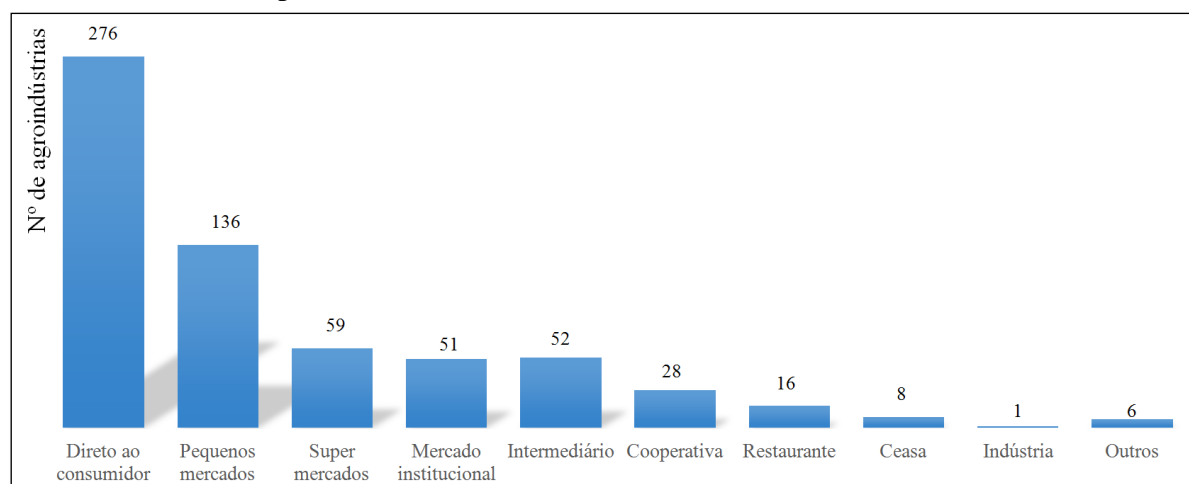
⁵ Para uma análise da importância do mercado informal de alimentos processados para a agricultura familiar de SC ver Wilkinson & Mior (1999).

Tabela 2. Situação das exigências sanitárias nas agroindústrias familiares na mesorregião Sul catarinense - 2009

Produtos animais			Produtos vegetais		
Serviço de inspeção	Nº de agroindústrias	%	Fiscalização/registro de produtos	Nº de agroindústrias	%
Não tem	29	37,2	Não tem	192	68,3
SIM	22	28,2	Vigilância sanitária	67	23,8
SIE	20	25,6	Mapa	11	3,9
SIF	7	9,0	Outro	3	1,1
			Não se aplica	8	2,8
Total	78	100		281	100

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Essas informações são claro indicativo de que os consumidores compram os produtos da agroindústria familiar, mesmo que muitas não atendam as normas da legislação sanitária. Isto sinaliza que estas vendas se estabelecem a partir de canais informais de trocas em relações face a face, onde prevalece mecanismos de confiança e reciprocidade na efetivação das transações mercantis. São relações diretas estabelecidas tanto com os consumidores quanto com os pequenos varejistas locais, como mostram os dados relativos às vendas diretas ao consumidor e em pequenos mercados/mercearias/padarias (Gráfico 2).



A mesma agroindústria pode utilizar mais de um canal de comercialização.

Fonte: Levantamento da Epagri (2010) ¹

Gráfico 2. Canais de comercialização utilizados pelas agroindústrias na Mesorregião Sul.

A diversificação dos dispositivos mercantis é uma estratégia recorrente utilizada pelos agricultores, tanto para produtos “in natura” quanto para aqueles processados nas agroindústrias familiares. Nas vendas diretas prevalecem as feiras livres, as vendas no domicílio, no estabelecimento agropecuário e nos pontos de estrada. São vendas que acontecem e reforçam os mercados de proximidade. Os dados mostram que do total de volume comercializado pelas agroindústrias familiares na mesorregião Sul catarinense, 70% acontecem no próprio município; 10% na região e 10% dentro do Estado. A

comercialização realizada no próprio município ou municípios vizinhos facilita a logística de comercialização, uma vez que são pequenos negócios que não dispõem de uma estrutura em termos de pessoal e transporte que permita percorrer grandes distâncias. Na maior parte dos casos são os próprios agricultores empreendedores que realizam a venda e entrega dos produtos aos seus clientes, através de rotas organizadas de forma sistemática.

As vendas diretas permitem uma ampliação das relações sociais com os consumidores e a expansão da demanda à medida que o produto se torna mais conhecido. Ademais, ressignifica esta relação ao trocaram-se informações, saberes, receitas, impressões. É, portanto, um espaço social de aprendizagem que permite aos agricultores criarem mercados para seus produtos e expandir seus negócios com mais segurança. Deste modo, relações de confiança e reconhecimento permeiam a relação de troca cujo modo de qualificação passa a ser a reputação e a fama.

É assim que muitos agricultores empreendedores conseguem colocar facilmente os produtos de sua agroindústria mesmo aqueles ainda sem rotulagem, marca ou algum outro sinal oficial. Em acordo com o que acontece nas demais regiões catarinenses, também no Sul do Estado há muitas destas agroindústrias familiares que não usam rótulo em seus produtos e também não registram as suas marcas nos órgãos competentes (Tabela 3).

Tabela 3. Características dos empreendimentos vinculados e não vinculados á redes de cooperação na mesorregião Sul catarinense – 2009

Características	Empreendimentos (%)	
	Vinculados à redes de cooperação	Não vinculados à redes de cooperação
Formais	64,4	28,2
Informais	35,6	71,8
Possuem marca	53,1	31,4
Não possuem marca	46,9	68,8
Utilizam rótulo	70,4	40
Não utilizam rótulo	29,5	60

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Contudo, ao comparar-se o grupo de empreendimentos vinculados e não vinculados a algum tipo de rede na região (Tabela 3), verifica-se que o percentual de empreendimentos formais do grupo vinculado a redes é de 64,4%, enquanto dos não vinculados é de 28,2%. Observa-se também que nos empreendimentos que estão vinculados a redes de cooperação, o percentual de uso tanto de marca (53,1%) como de rótulo (70,4%) são maiores que a do grupo de não vinculados. Esta diferença reflete sua condição de beneficiárias de serviços coletivos no que diz respeito ao desenvolvimento e registro de marcas e rótulos, formalização jurídica, visto que tais processos facilitam a inserção nos mais distintos mercados, especialmente em cadeias mais longas. Portanto, a organização em redes facilita a viabilização do processo de legalização e atendimento às normas impostas pelo mercado.

3. As redes de Cooperação: Condomínios, Associações e Cooperativas

Anteriormente vimos que as redes de cooperação⁶ tem potencializado a inserção dos produtos dos agricultores e, sobretudo, das agroindústrias familiares nos mercados. Os dados apresentados na tabela 4 ilustram como os objetivos ligados a comercialização nortearam a constituição e atuação das redes na região Sul e também em Santa Catarina.

Tabela 4. Objetivos das redes da agricultura familiar no Sul catarinense e em Santa Catarina (2009).

Objetivos das redes	Nº de redes Sul	Nº de redes Santa Catarina
Venda produtos agrícolas	26	221
Compra de insumos	25	179
Venda produtos processados	21	139
Compra de matéria prima	19	102
Produção agrícola conjunta	19	96
Armazenar e processar Matéria prima	12	60
Outro	17	113

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

⁶ No levantamento da Epagri foram definidos os seguintes tipos de redes:

Cooperativa por produto/cadeia produtiva: é uma sociedade civil, com forma e natureza jurídica próprias, constituída com o objetivo de viabilizar a produção/processamento e/ou comercialização coletiva dos produtos.

Cooperativas descentralizadas: Forma de organização cooperativa que abriga diversos empreendimentos e diversas atividades da agricultura familiar constituída por uma sede e por unidades de produção e/ou filiais da cooperativa de produção agroindustrial localizadas nas propriedades ou nas comunidades rurais dos cooperados. Portanto, descentralizadas da sede da cooperativa. Permite a constituição de empreendimentos de agregação de valor de forma descentralizada através da formalização por contrato de comodato “cessão e uso” para a cooperativa. Para fins de legalização as unidades são repassadas à cooperativa através de contrato de comodato. Podendo ter filiais ou não nestas cooperativas. **Filial de cooperativa descentralizada:** unidade de processamento constituída por um sócio ou grupo de sócios de uma cooperativa com CNPJ próprio (diferente do CNPJ da cooperativa na qual é filiada). **Unidade de cooperativa descentralizada:** é um empreendimento formal, filiado a uma cooperativa e usando o CNPJ da mesma.

Associações: são organizações coletivas de agricultores familiares constituídas com o objetivo de facilitar a produção, processamento e comercialização de produtos agrícolas dos associados.

Condomínios: são organizações coletivas constituídas com o objetivo de produzir e/ou processar produtos de origem agropecuária.

A mesorregião Sul destaca-se no panorama catarinense com a presença de 66 redes e 2094 associados distribuídos nos distintos tipos de organização: com 31 associações e 695 agricultores filiados este tipo de organização é o preponderante no Sul catarinense e também na paisagem estadual (Ver tabela 5). Sua atuação se dá basicamente no apoio e na organização dos agricultores familiares ao longo da cadeia produtiva, mas, sobretudo, na etapa de comercialização da produção. Embora as associações não atuem como agentes diretos nesta etapa elas organizam a comercialização que é realizada pelos associados. São exemplos destas as associações de agricultores feirantes, de apicultores, de piscicultores, de produtores de leite, de orgânicos, de artesãos etc. Importante ainda registrar que boa parte destas associações são o embrião das cooperativas como foi o caso da Copervida (Praia Grande) e Cooperagregó (Santa Rosa de Lima) e Cooperação (São Ludgero).

Já, as oito cooperativas mais tradicionais por produto, alcançava 807 associados (média de 101 sócios por cooperativa) em 2009. Com um número médio muito superior de associados do que as descentralizadas (42 sócios) estas cooperativas operavam na organização da produção e, sobretudo, da comercialização dos agricultores familiares. As cooperativas por produto predominam na organização dos produtores de leite e de orgânicos.

Tabela 5. Distribuição dos tipos de redes, empreendimentos e número de sócios na região Sul e no Estado de Santa Catarina.

Tipo de organização	Região Sul			Santa Catarina		
	Número			Número		
	Redes	Empreendimentos associados	Sócios*	Redes	Empreendimentos associados	Sócios*
Associação	31		695	263		7641
Condomínio	10		83	28		285
Coop. produto	8		807	70		7545
Coop. descentralizada	11	64	466	70	401	4575
Unid. de cooperativa	6		43	48		382
Filial de Cooperativa				16		194
Coop. Central				1		500
Total	66	64	2094	496	401	21.122

(*) Número com repetição já que a mesma pessoa pode participar de mais de uma rede.

Fonte: Levantamento da Epagri 2010

A mesorregião Sul concentra ainda parte significativa dos condomínios e das cooperativas descentralizadas quando comparado com o estado de Santa Catarina. Dos 28 condomínios existentes no estado dez estão localizados no Sul. Enquanto no estado há um número similar de cooperativas por produto e descentralizadas, na região sul predominam as do tipo descentralizadas (onze contra oito por produto).

A maior presença dos condomínios como forma de organização se deve, entre outras razões, a opção da Cooperagregó em organizar as agroindústrias familiares pertencentes a sua rede na forma condominial⁷. Já, a maior presença das cooperativas descentralizadas está associada ao processo de legalização e desenvolvimento recente das agroindústrias familiares. No Sul catarinense as cooperativas descentralizadas são um

⁷ A Cooperagregó está em processo de transformação de seus condomínios em filiais da Cooperativa e, com isto, passar a operar nos moldes de uma cooperativa descentralizada.

fenômeno mais recente do que no Estado já que 81% tinham menos de 6 anos de idade em 2010 enquanto, no estado, eram apenas 50%.

Pode-se assim argumentar que a inovação cooperativas descentralizadas encontrou no Sul catarinense um espaço profícuo para o seu desenvolvimento já que são 11 cooperativas, 64 empreendimentos agroindustriais associados e 466 agricultores filiados (Tabela 5). Entre os empreendimentos agroindustriais, aqui entendidos como unidades de agroindustrialização filiadas a cooperativa, destacam-se as cadeias de massas e panificados, mandioca, cana de açúcar e frutas. Tradicional na região Oeste catarinense este tipo de cooperativa chegou ao sul com a constituição, no ano de 2004, da Cooperativa de Produção Familiar Agroindustrial de Nova Veneza (Coofanove). Esta é uma das onze cooperativas que congregavam 64 agroindústrias como suas unidades descentralizadas e viabilizam assim a operação e legalização dos empreendimentos da agricultura familiar.

Considerações finais

A apresentação dos resultados do levantamento, realizado pela Epagri em 2010, evidenciam a existência de um importante processo de reinserção no mercado consubstanciado na constituição de agroindústrias, associações e cooperativas. A dinâmica recente evidencia o aprofundamento deste processo de construção organizacional na região sul. Contudo, os contornos deste processo de organização, somente poderão ser visualizados com o decorrer da nova pesquisa, que vem sendo realizada na região e que tem como objetivo analisar a dinâmica organizacional e as estratégias de inserção no mercado das cooperativas da agricultura familiar.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DORIGON, C. **Mercados de produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina: em construção.** 2008. 437f. Tese (Doutorado em Ciências de Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FERRARI, D. L. **Cadeias Agroalimentares Curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina.** 2011. 345f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GUIMARÃES, G.M. ;SILVEIRA, P.R.C. Por Trás da Falsa Homogeneidade do Termo Agroindústria Familiar Rural: Indefinição Conceitual e Incoerências das Políticas Públicas. v. 01, In: **VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção.** 2007,15p.

MARCONDES, T. et al. **Os empreendimentos de agregação valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina.** Florianópolis: Epagri, 2012.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó: Ed. Argos, 2005. 318 p.

PAULILO, M.I.S. **Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos.** Florianópolis: Ed. da UFSC. 1990.

SCARABELOT, M. **Construção de cadeias agroalimentares curtas e papel do atores locais em Nova Veneza, SC.** Dissertação de Mestrado, 201p. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 13, p. 29-45, 1999.